



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

**PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
NA SERRA DO ITAPETI E DO MOSAICO ITAPETI - TIETE**



RELATÓRIO FINAL

VERSÃO 3 – REUNIÕES SETORIAIS/OFCINAS

São Paulo

25/10/2013

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Bruno Covas



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE

Olavo Reino Francisco

DIRETOR EXECUTIVO

Olavo Reino Francisco

DIRETOR LITORAL NORTE, BAIXADA SANTISTA E MANTIQUEIRA

Rodrigo Antonio Braga Moraes Victor

DIRETOR LITORAL SUL E PARANAPANEMA

Cesaltino Silva Junior

DIRETORA NÚCLEO METROPOLITANA E INTERIOR

Anita Correia Martins

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Felipe de Andréa Gomes

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Bruno Covas

INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETOR GERAL

Miguel Luiz Menezes Freitas

DIVISÃO DE DASONOMIA

Eduardo Luiz Longui

DIVISÃO DE FLORESTAS E ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Marcelo Zanata

DIVISÃO DE RESERVAS E PARQUES ESTADUAIS

Kátia Mazzei

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO TÉCNICO E CIENTÍFICO

Priscila Weingartner

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Cláudio Rogério Ferreira

COORDENADOR DA RESERVA DA BIOSFERA DO CINTURÃO VERDE

Luís Alberto Bucci

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Bruno Covas

RESERVA DA BIOSFERA

DO CINTURÃO VERDE DA CIDADE DE SÃO PAULO

COORDENADOR

Luís Alberto Bucci

PRESIDENTE DO CONSELHO

Yara Carvalho M. C. de Carvalho

CRÉDITOS

EQUIPE DE COORDENAÇÃO POLÍTICO/INSTITUCIONAL

Coordenação Geral

Rodrigo Antônio Braga Moraes Victor Fundação Florestal
Daniel Teixeira de Lima Gabinete - SMA

Coordenação Técnica Executiva

Fernanda Lemes Fundação Florestal

Coordenação Científica

Elaine Rodrigues Instituto Florestal

GRUPO DE TRABALHO – NOVAS UCs SERRA DO ITAPETI

Comunicação e Participação Social - Coordenação

Fernanda Lemes Assessoria Técnica, NMI / FF
Kátia Pisciotta Assessoria Técnica, DLS/FF
Lucília Gonçalves Assessoria de Comunicação/FF

Mediação das Reuniões

Kátia Pisciotta Assessoria Técnica, DLS/FF
Pedro de Sá Petitt Lobão Gerente da Regional Metropolitana, NMI/FF

Cerimonialistas

Ricardo Talarico xxx
Lirio xxx

Equipe

Fundação Florestal/IF/Reserva da Biosfera do Cinturão Verde

Andressa Marina de F. Flosi Eng. Ambiental, Monitora Ambiental, NMI / FF
Daniela Cristina S. Brizotti Gestora Ambiental, Monitora Ambiental, NMI / FF
Diego Hernandez R. Laranja Biólogo, Monitor Ambiental, NMI / FF
Elaine Rodrigues Pesquisadora Científica / IF
João Paulo Villani Eng. Florestal, Gestor Mona Pedra Grande, NMI / FF
Jorge Moreira de Mello Gestor da EEc . Itapeti
José Eduardo Ramos Rodrigues Advogado, Assessor Jurídico, FF
Luís Alberto Bucci Eng. Florestal, Pesquisador Científico, IF
Maria Beatriz Louvison Gestora Ambiental, Analista Rec. Amb. DLN / FF
Mylene Wada Sato Estagiária, Apoio Técnico, RBCV / IF
Ricardo Marcelo Giacon Administrador, Apoio Técnico, IF
Roberto Tokuzumi Arquiteto e Urbanista Gestor da APA VRT, FF
Sydnei Giorgi Salinas Assessor Diretoria / FF
Suellen França de Oliveira Gestora Ambiental, Técnica R. Ambientais NMI / FF

Municípios e Sociedade Civil

Alexandre Miranda	Padre - Pastoral da Ecologia
Evandro Aliach	CONDEMA/ Suzano
Gilberto Gorgatti	Associação de moradores da Serra do Itapeti
José Arraes	ICATI
Marcos Gregório	Prefeitura de Guararema
Marcelo Manna S. Melo	AEAMC/Mogi das Cruzes
Maria de Fátima de Oliveira	SVMA/Prefeitura de Mogi das Cruzes
Marco Antônio Martins	IES/Embu
Renata Harada Herrett	SMPU/Prefeitura de Mogi das Cruzes
Ricardo Arouca Jr.	Biólogo

Compilação e Edição do Relatório das Reuniões Setoriais

Débora xxx	xxx, NMI/FF
Diego Hernandes R. Laranja	Biólogo, Monitor Ambiental, NMI / FF
Elaine Rodrigues	Pesquisadora Científica / IF
Fernanda Lemes	Arquiteta e Urbanista/ Fundação Florestal
Maria Beatriz Louvison	Gestora Ambiental, Analista Rec. Amb. DLN / FF
Suellen França de Oliveira	Gestora Ambiental, Técnica R. Ambientais NMI / FF

SUMÁRIO

SUMÁRIO	6
1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	10
2.1 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES METODOLÓGICAS	10
2.2 PLANEJAMENTO TÉCNICO E EXECUTIVO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.3 BASE TÉCNICA-CIENTÍFICA	11
2.4 CARTOGRÁFICA, GEOPROCESSAMENTO E ANÁLISE DA PAISAGEM	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.4.1 LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.5 PLANEJAMENTO INTEGRADO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.6 RECONHECIMENTO DA ÁREA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.6 LEVANTAMENTOS TEMÁTICOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.6.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.6.2 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO DA ÁREA DE ESTUDO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.6.3 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO DA ÁREA DE ESTUDO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3 RESULTADOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.1 ESPAÇO E SOCIEDADE NA SERRA DO ITAPETI	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.1.1 A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E A SERRA DO ITAPETI	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.1.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA SERRA DO ITAPETI	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO DA ÁREA DE ESTUDO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.2.1	CLIMA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.2.2	GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.2.3.	PEDOLOGIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.2.4	RECURSOS HÍDRICOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.3	BIODIVERSIDADE DA SERRA DO ITAPETI	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.3.1	FLORA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.3.2	FAUNA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.2.2	MASTOFAUNA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4	<u>LISTA DE ESPÉCIES DE OCORRÊNCIA NA SERRA DO ITAPETI</u>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.1	ESPÉCIES DA FLORA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.2	ESPÉCIES DA AVIFAUNA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.3	ESPÉCIES DE MAMÍFEROS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.4	ESPÉCIES DE HERPETOFAUNA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5	<u>O CINTURÃO VERDE E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ECOSSISTÊMICO DA SERRA DO ITAPETI</u>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5.1	INSTRUMENTOS DE UMA POLÍTICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A SERRA DO ITAPETI	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5.2	APERFEIÇOAMENTO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DO ITAPI - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6	<u>JUSTIFICATIVAS PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA SERRA DO ITAPETI</u>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
	<u>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6	<u>MINUTA DE DECRETO</u>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
	ANEXOII – DELIMITAÇÃO ESPACIAL DA APA SERRA DO ITAPETI	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

ANEXO II – DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DA APA SERRA DO ITAPETI ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

ANEXO III – DELIMITAÇÃO ESPACIAL DO RVS SAGUI-DA-SERRA-ESCURO ERRO!
INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1 INTRODUÇÃO

O processo de criação das Novas Unidades de Conservação da Serra do Itapeti deu início em Setembro de 2013 (Processo FF nº 1.866/2013).

De acordo com Art. 4º do Decreto Federal nº 4.340/2002, que regulamenta a Lei 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), compete ao Órgão Executor proponente de nova Unidade de Conservação, neste caso a Fundação Florestal, elaborar os estudos técnicos preliminares. Tais estudos foram apresentados na forma de relatório técnico.

Para elaboração do Relatório Técnico apresentado pela Instituição proponente, foram compilados diversos estudos a partir de dados secundários sobre a área de interesse para criação de unidades de conservação da Serra do Itapeti e suas imediações.

Várias instituições parceiras contribuíram com a elaboração do documento técnico-científico, visando otimizar tempo e agregar especialidades; ao todo, cerca de 20 profissionais colaboraram diretamente na elaboração do relatório.

O relatório técnico foi disponibilizado para consulta pública no dia 23/10/2013 em versão impressa nos municípios de Guararema, Mogi das Cruzes e Suzano, estando também disponível para consulta no site do CONSEMA/SMA e no site da Fundação Florestal, sendo ainda disponibilizado para cada prefeitura dos municípios afetados.

Consoante o Art. 4º do Decreto Federal 4.340/2002 compete ao órgão executor realizar, quando for o caso, a consulta pública, que tem por finalidade subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade (Art. 5º, Decreto Federal nº 4.340/2002). Nos termos de referido Decreto, desde o dia 23 de outubro, estão sendo realizadas chamadas em rádio e veiculadas em jornais impressos da região, a convocação para a Audiência Pública, a ser realizada em 18 de novembro de 2013.

Para ampliar as possibilidades de inserção da participação social no referido processo, foram realizadas quatro (04) reuniões setoriais, as quais foram abertas à participação do poder público local (executivo, legislativo e judiciário), sociedade civil, empresários, agricultores, entidades ambientalistas e demais partes interessadas. Ao menos 90 pessoas, de 25 instituições/associações, participaram dessas reuniões. Cada município inserido diretamente na área de abrangência da Serra do Itapei, nos limites da Lei 4.529/1985, teve, ao menos, uma reunião setorial.

A consolidação das reuniões setoriais dar-se-á por meio do Relatório das Reuniões Setoriais (com o registro das contribuições advindas dos participantes), peça técnica

suplementar ao Relatório Técnico elaborado pelo órgão proponente da proposta de criação de Unidades de Conservação na Serra do Itapeti.

O presente documento sobre os Resultados das Reuniões Setoriais será encaminhado por e-mail a todos os membros do grupo de trabalho e estará disponível para consulta no site do CONSEMA e Fundação Florestal, a partir do dia 14/11/2013.

O atendimento ao que dispõe o Artigo 5º do Decreto Federal nº 4.340/2002, conforme citado anteriormente, se dará por meio da realização da Audiência Pública, a ser realizada em 18/11/2013. O Edital de Convocação, em atendimento ao disposto na Resolução Normativa CONSEMA nº 01/2011, foi divulgado nos seguintes meios de comunicação: Diário de São Paulo e O Diário de Mogi, nos dias 23 e 31/10 e 13/11 e na Rádio Metropolitana (5 inserções), nos dias 25/10, 01 e 12/11.

O presente Relatório apresenta o registro dos trabalhos realizados nos dias 06, 12 e 13 de Novembro e fará parte dos documentos a serem apresentados no dia da Audiência Pública para a Criação das Novas Unidades de Conservação da Serra do Itapeti.

2 METODOLOGIA

2.1 Princípios e Diretrizes Metodológicas

A Serra do Itapeti, em sua maior parte (96%) está inserida no município de Mogi das Cruzes, na Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo ainda os municípios de Guararema (3%) e Suzano (1%). Essa região da Serra do Itapeti configura-se como uma das mais antigas do Estado. Até a década de 1950, as águas que nascem na Serra do Itapeti eram utilizadas para abastecimento público pelo município de Mogi das Cruzes. A região da Serra já foi objeto de estudo de desbravadores, configurando-se como uma área de elevado conhecimento sobre o meio biótico por ela abrigado, bem como sobre suas condições físicas e socioeconômicas.

Por essas características particulares, o estudo técnico para criação de unidades de conservação na Serra do Itapeti configurou-se como uma construção bastante diferenciada, cujas diretrizes metodológicas são apresentadas na sequência.

2.2 Planejamento Técnico e Executivo

Para o desenvolvimento dos estudos e demais produtos necessários para subsidiar a criação de unidades de conservação na Serra do Itapeti foi instituído um grupo de trabalho envolvendo técnicos e pesquisadores da Fundação Florestal, do Instituto Florestal, da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, órgãos vinculados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como por técnicos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Planejamento e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

A estrutura de trabalho desenvolveu-se a partir de 4 eixos principais:

Eixo 1 - Político institucional: Nesta Etapa foram previstas todas as atividades e produtos necessários para garantir a articulação interinstitucional e política da proposta. Foram desenvolvidas as seguintes atividades. Foram desenvolvidas 5 reuniões de planejamento e de trabalho com a equipe técnica e científica.

Eixo 2 - Comunicação: Nesta etapa foram produzidos os materiais de apoio e divulgação do projeto, de forma a subsidiar a realização das oficinas com os atores envolvidos (proprietários e setores presentes na região, técnicos das prefeituras envolvidas e demais interessados) e Audiência Pública. Preparação de material de divulgação (folders, cartazes e convites). Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Preparação de textos informativos do projeto (conceitos, agendas e outros) para veicular nas diversas mídias locais e regionais.
- Planejamento, divulgação e execução da vistoria de campo e oficinas de trabalho com os atores envolvidos;
- Planejamento e divulgação das agendas de trabalho;
- Criação de mecanismos que permitam a fácil comunicação entre os integrantes do grupo de trabalho;

- Planejamento, produção de materiais e apoio para a realização da Audiência Pública, em cumprimento ao disposto na deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011.

Eixo 3 - Técnico e científico: Nesse eixo inserem-se todas as atividades e produtos técnicos e científicos necessários para subsidiar a proposta de criação da nova Unidade de Conservação. Destacam-se desenvolvidas as seguintes atividades:

- Levantamento e compilação dos estudos técnicos existentes sobre fauna, flora, vegetação, hidrografia, aspectos socioeconômicos, relacionados à área proposta para criação da Unidade de Conservação;
- 01 Vistoria de campo terrestre, realizada no dia 02 de outubro de 2013 e 03 sobrevoos, realizados nos dias 24 e 27 de outubro de 2013.
- Definição da categoria da Unidade de Conservação em função dos atributos ambientais identificados nos estudos e objetivos estabelecidos;
- Preparação do material cartográfico;
- Elaboração de proposta de delimitação da Unidade de Conservação, consolidada em bases georeferenciadas;
- Elaboração de Relatório Técnico, contendo as justificativas para a criação da Unidade de Conservação, minuta de instrumento normativo e respectivos memoriais descritivos.

Eixo 4 - Participação social: Consiste no desenvolvimento de todas as atividades e produtos necessários para garantir a participação efetiva dos atores envolvidos. É prevista a realização de uma Oficina Setorial e da Audiência Pública. O relatório disponível para consulta será discutido na Oficina Setorial, com os técnicos, proprietários e atores envolvidos, objetivando esclarecer dúvidas e coletar possíveis contribuições. A descrição detalhada desse eixo se dará no item 2.4 dessa Seção, sendo os resultados obtidos apresentados na Seção 3 do presente Relatório.

2.3 Base técnica-científica

Na Serra do Itapeti existem duas unidades de conservação: a Estação Ecológica de Itapeti, criada em 1952 e o Parque Municipal Francisco Afonso de Mello, criado em 1970, este último com Plano de Manejo elaborado. Também se encontra na área a Reserva Legal da Pedreira Itapeti, com uma área total de 110,58 hectares e plano de manejo elaborado. Na região, ao sul da Serra, localiza-se a APA Várzea do Rio Tietê, que apresenta plano de manejo concluído. Ademais dos levantamentos primários realizados para elaboração dos Planos de Manejo das áreas protegidas localizadas na área, a Serra do Itapeti se configura como objeto de estudos, em especial desenvolvidos pela Universidade de Mogi das Cruzes.

Nesse contexto, a proposta de criação de unidades de conservação na Serra do Itapeti, teve seu início com a consolidação de uma base técnico-científica que reunisse os dados secundários disponíveis. Posteriormente, a complementação dessa base se deu com checagens de campo realizadas por sobrevoo e por via terrestre.

Os trabalhos de levantamentos secundários, as checagens de campo e as análises desenvolvidas foram realizadas por pesquisadores do Instituto Florestal, por funcionários da Fundação Florestal e por técnicos da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

Foi definida uma área de estudo abrangendo os limites da Lei 4529/85 (SÃO PAULO, 1985) e uma zona de buffer de 5 km a partir do limite da lei. Também foram considerados atributos da paisagem por meio de fotointerpretação de ortofotocartas da EMPLASA, 2007, 2010 e imagens do Google Earth® em datas entre 2009 e 2013. Oficinas de planejamento com pesquisadores e técnicos de diversas áreas do conhecimento como biologia, geografia, ecologia, arquitetura, direito, ciências sociais, entre outras, acrescentaram elementos do meio físico, biótico e antrópico para ajustes do limite da área de estudo.

Foram realizadas checagens de campo por terra e aérea que permitiram avaliar a qualidade temporal das informações de imagens, na área de estudo, verificando-se que houve pouca alteração na paisagem entre os anos 2007, 2010 e 2013.

Os relatórios do meio físico, meio antrópico e meio biótico utilizaram dados secundários e foram sistematizados em matrizes de avaliação de propostas de criação de UCs, sendo feita por meio de análise de convergência entre os atributos estudados (físico, biótico, antrópico e estrutura da paisagem) e as categorias de unidades de conservação definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal 9.985/2000).

O diagnóstico ambiental da região onde se inserem as propostas desenvolvidas caracterizou componentes dos meios físico, biótico e antrópico, suas dinâmicas e inter-relações. Por meio de aproximações sucessivas, foram analisados inicialmente todos os aspectos relevantes em escala regional, de forma a contextualizar e facilitar a análise mais detalhada no nível local que, por sua vez, fundamentou a caracterização e documentação das áreas de futuras UCs. No caso específico do estudo da Serra de Itapeti, o diagnóstico não incluiu novos levantamentos de campo para geração de dados primários de biodiversidade.

Como parte da metodologia para proposição de áreas de interesse especial para proteção, após os levantamentos e sistematização de informações do meio antrópico, físico e biológico, foram realizadas duas oficinas de planejamento, objetivando a consolidação e integração desses estudos temáticos.

As oficinas de planejamento integrado ocorreram na sede do Instituto Florestal, e reuniu os técnicos integrantes do projeto, para apresentação dos resultados obtidos nas sistematizações temáticas e discussão sobre as diretrizes, limites e possibilidades das proposições de limites para as áreas protegidas a serem criadas, bem como sobre a definição das categorias de unidades de conservação a serem propostas.

Os resultados dessas discussões e estudos foram especializados pela cartografia e análise da paisagem, que retroalimentou as discussões das oficinas. Ao sobrepor os diversos elementos estruturantes da paisagem na Serra do Itapeti, foram identificadas áreas prioritárias para conservação, consolidando cenários possíveis para a criação de unidades de conservação. Esses cenários foram individualmente analisados nas

Oficinas de Planejamento e, a partir da análise de convergência entre as variáveis encontradas nos estudos do meio antrópico, físico e biótico, as proposições de limites para as unidades de conservação foram redefinidas.

Todo o material sistematizado e analisado foi compilado gerando a “PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA SERRA DO ITAPETI E DO MOSAICO ITAPETI-TIETE”, em sua versão 1 e versão 2, apresentando informações retificadas, ratificadas e complementação de informações constantes do documento original. Após finalizados, esses materiais foram disponibilizados para consulta pública.

2.4 Consulta Pública do Relatório Técnico-Científico e Promoção da Participação Social no processo de criação de UCs na Serra do Itapeti

O relatório técnico-científico (versão 1 e 2) consolidando a proposta de criação de Unidades de Conservação na Serra do Itapeti foi disponibilizado em versão impressa, no dia 23 de outubro, nos seguintes locais:

- i. CONSEMA:
- ii. Município de Guararema
- iii. Município de Mogi das Cruzes
- iv. Município de Suzano

Para garantir o amplo conhecimento da sociedade sobre o projeto, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, por meio do CONSEMA e da Fundação Florestal, agendaram audiência pública sobre a criação de Unidades de Conservação na Serra do Itapeti, a ser realizada no dia 18 de novembro de 2013, às 17h, na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.

Os relatórios técnico-científicos, apresentando a proposta de criação de unidades na Serra do Itapeti, foram disponibilizados desde o dia 23 de outubro, em meio eletrônico nos seguintes endereços:

- i. CONSEMA: <http://www.ambiente.sp.gov.br/consema/audiencias-publicas/edital-de-convocacao-de-audiencia-publica/>
- ii. FUNDAÇÃO FLORESTAL: <http://fflorestal.sp.gov.br/2013/10/30/criacao-de-unidades-de-conservacao-na-serra-do-itapeti-entre-os-municipios-de-mogi-das-cruzes-guararema-e-suzano/>

Para dar publicidade à convocação para a Audiência Pública, bem como para propiciar amplo conhecimento da proposta de criação de Unidades de Conservação na Serra do Itapeti, foram realizadas inserções em mídia impressa e em rádio, informando, inclusive, os locais de disponibilidade impressa e em meio digital dos documentos técnico-científicos, sendo:

- i. Diário de São Paulo, dia 23 de outubro;
- ii. Diário de São Paulo, dia 31 de outubro;

- iii. Diário de São Paulo, dia 13 de novembro;
- iv. Diário de Mogi, dia 23 de outubro;
- v. Diário de Mogi, dia 31 de outubro.
- vi. Diário de Mogi, dia 13 de novembro;
- vii. Rádio Metropolitana – 5 inserções no dia 25 de outubro;
- viii. Rádio Metropolitana – 5 inserções no dia 01 de novembro;
- ix. Rádio Metropolitana – 5 inserções no dia 12 de novembro.

Com a divulgação dos relatórios técnicos-científicos, os *stakeholders* locais se mobilizaram para conhecer e contribuir com a proposta de criação de áreas protegidas na Serra do Itapeti, notadamente em decorrência do histórico processo de busca de proteção desse importante remanescente florestal, cujo maior marco, sem dúvida alguma, é a Lei 4. 529 de 1985, dispondo sobre o uso e ocupação do solo na Região da Serra do Itapeti, com vistas à proteção e melhoria da qualidade do meio ambiente na Região Metropolitana de São Paulo (SÃO PAULO, 1985).

Considerando a pró-atividade dessa ação para o aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção da Serra do Itapeti, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio da Fundação Florestal, ampliou o espaço de diálogo com a sociedade civil e com os atores interessados no processo.

Para tanto, foi realizada no dia 6 de novembro, a primeira reunião setorial com a sociedade civil, no município de Mogi das Cruzes, culminando com: i. inclusão de 9 representantes da sociedade e de prefeituras no Grupo de Trabalho Técnico para os Estudos de Criação de UCs na Serra do Itapeti; ii. reunião de trabalho realizada em 8 de novembro, para planejamento das demais reuniões setoriais; iii. Atualização dos slides de apresentação da proposta, com inclusão de informações fornecidas por representantes da sociedade civil.

Essas últimas contribuições foram encaminhadas por e-mail para a coordenação executiva do projeto e entregues em versão impressa na reunião realizada em Mogi das Cruzes, no dia 12 de novembro, sendo as referidas informações devidamente incorporadas pela equipe técnica responsável pela consolidação da proposta de criação de UCs em Itapeti (Anexo I).

Três outros momentos se destacaram como marco participativo e diferenciado na proposição de criação áreas protegidas na região da Serra de Itapeti, quer sejam, as oficinas setoriais realizadas com o poder público (executivo, legislativo e judiciário) e sociedade civil:

- i. Reunião setorial em Mogi das Cruzes, dia 12 de novembro
- ii. Reunião setorial em Guararema, dia 12 de novembro
- iii. Reunião setorial em Suzano, dia 13 de novembro.

Os procedimentos metodológicos e operacionais utilizados nas referidas oficinas são descritos no próximo tópico.

Cumpra-se informar que foi protocolado junto ao CONSEMA e à Diretoria Executiva da Fundação Florestal, requerimento de adiamento da audiência pública com a justificativa de que o Relatório Técnico foi consolidado sem o envolvimento da Sociedade Civil, sendo o referido requerimento devidamente respondido junto ao Consema.

Cumpra-se observar, em complemento, conforme já mencionado nos itens 2.3 e 2.4, que o documento técnico-científico corresponde à consolidação e sistematização de estudos e documentos disponíveis sobre a Serra do Itapeti e seu entorno, destacando as justificativas para a criação das Unidades de Conservação na região; também foram destacados nos referidos itens à forma de participação da sociedade civil e de demais stakeholder. Embora tenha sido requerido o adiamento da audiência, em todos os momentos de exposição da proposta de criação de Unidades de Conservação na Serra do Itapeti, que inclui a criação do Refúgio da Vida Silvestre Sagui-da-Serra-Escuro; APA Itapeti e Mosaico Itapeti-Tiete, em **nenhum momento houve registro de manifestação contrária à institucionalização das unidades de conservação ou questionamentos quanto ao mérito da iniciativa.**

2.5 Metodologia para Realização das Reuniões Setoriais com o Poder Público e Sociedade Civil

Para o desenvolvimento dos trabalhos visando inserção da participação local – tanto do poder público como da sociedade civil e identificação de contribuições relevantes ao aperfeiçoamento do processo de criação de áreas protegidas na Serra do Itapeti, foi estruturada metodologia a ser executada em quatro partes.

Inicialmente, foi realizada apresentação do Relatório Técnico-Científico para Nivelamento de conhecimento sobre a região da Serra do Itapeti e apresentação da proposta de criação de unidades de conservação. Além da contextualização geral, do estudo e das categorias de proteção possíveis para a área de estudo, foram apresentadas as justificativas técnicas da proposta de criação de unidade de conservação, incluindo os atributos físicos, bióticos e socioambientais, bem como realizada uma explanação sobre as categorias de UCs propostas e a definição de seus limites territoriais.

A parte 2 da referida metodologia, consiste dos trabalhos em grupos propriamente ditos, como segue:

- os participantes foram divididos em grupos de até 10 pessoas, dependendo do número de participantes da oficina.
- materiais que foram disponibilizados para o trabalho em grupo:
 - mapas temáticos da área, expostos nas paredes
 - cópias dos relatórios técnico-científicos e dos slides da apresentação
 - cartões para registros
 - pincéis atômicos para registros nos cartões

- fita crepe
- papeletes auto-colantes (post-it)
- ao iniciarem o trabalho, cada grupo elegeu um relator, que apresentou o resultado das discussões aos demais colegas.
- cada grupo contou com o apoio de uma pessoa da organização da oficina (Fundação Florestal, Prefeituras Municipais e outras organizações parceiras)
- o trabalho do grupo consistiu em apontar, registrar e apresentar as críticas, indicações de aprimoramento, contradições presentes na proposta e/ou quaisquer outras observações pertinentes ao tema do trabalho.
- com base na apresentação realizada na primeira parte da reunião, os participantes fizeram seus apontamentos; cada um registrando suas contribuições em fichas; caso a contribuição estivesse diretamente relacionada ao território em foco, sugeriu que o registro fosse feito em post-it e colocado no local a que se refere, no mapa; o relator ficou responsável por fixar as fichas na parede, de modo que todos pudessem compartilhar das idéias; coube ao relator organizar as fichas para que no momento da apresentação, a contribuição do grupo pudesse ser apresentada de forma concisa e clara;
- o moderador da oficina passou por cada grupo, várias vezes, auxiliando na organização e síntese dos registros produzidos
- os grupos foram orientados de modo que cada ficha fosse preenchida com letras de forma, grandes e legíveis; cada ficha contivesse apenas uma ideia; podendo ser utilizado o número de fichas identificado como necessário.
- a consulta aos mapas foi reiterada como importante para que as contribuições tivessem um caráter de concretude, de conexão com o espaço físico que estava em discussão

A Terceira Parte consistiu com na apresentação dos trabalhos dos grupos e teve a duração estimada de 60 minutos.

Por fim, a Quarta Parte da metodologia, representou o fechamento dos trabalhos, configurando-se como análise da utilização das contribuições apresentadas para aprimoramento da proposta e complementação dos capítulos para composição de novo volume do relatório técnico-científico.

Esses resultados são apresentados na próxima seção.

3 RESULTADOS SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA SERRA DO ITAPETI

Os resultados sobre a participação social no processo de criação de unidades de conservação na Serra do Itapeti, apresentados na presente seção, configuram-se como registros das contribuições recebidas, não representando, em hipótese alguma, qualquer análise ou juízo de valor sobre as as considerações apresentadas pelos participantes.

3.1. Datas e Locais de Realização das Reuniões Setoriais e Número de Participantes

- i. Data 6 de agosto, Faculdade de Teologia e Filosofia “Paulo VI”, município de Mogi das Cruzes. Participaram desta reunião 58 pessoas;
- ii. Data 06/11/2013, em atendimento ao solicitado pelos presentes, foram incorporados ao Grupo de Trabalho – Novas Unidades de Conservação Serra do Itapeti, 09 representantes da sociedade civil e prefeituras envolvidas;
- iii. Data 08/11/2013, reunião de trabalho para o planejamento das reuniões setoriais. Participaram desta reunião 19 pessoas;
- iv. Data 12 de novembro, Faculdade de Teologia e Filosofia “Paulo VI”, Mogi das Cruzes, reunião Setorial com o Poder Público (executivo, legislativo e judiciário) e Sociedade Civil;
- v. Data 12 de novembro, Auditório da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura de Guararema, reunião Setorial com o Poder Público (executivo, legislativo e judiciário) e Sociedade Civil;
- vi. Data 13 de novembro, Câmara dos Vereadores da Cidade de Suzano, reunião Setorial com o Poder Público (executivo, legislativo e judiciário) e Sociedade Civil;

3.2. Síntese das Contribuições dos Grupos de Discussão

3.2.1. Reunião realizada na cidade de Mogi das Cruzes

Reunião realizada em Mogi das Cruzes – GRUPO I
O Grupo dividiu as contribuições em 4 eixos temáticos I. Conexão com a APA Varzea do Tiete I.a. Área da Bairro do Rodeio (um dos pontos cuja APA Itapeti se aproxima da APA Tiete em sua porção central). Depois desse trecho não há mais nenhum ponto que facilite a conexão. Presença de corredor natural, permeado por um curso d’

água que desce do Parque Municipal, passa pelo Rodeio e se conecta até a Várzea do Tiete

- 1.b. Área da região do Bairro da Volta Fria: proximidade com a APA da Serra do Itapeti, próxima a Estação Ecológica, baixa densidade demográfica e poucos vetores de pressão. Ocorrência de fauna de carnívoros de grande porte – é um dos poucos pontos de conexão com a várzea
2. Expansão dos limites da APA com inclusão de fragmentos significativos:
 - 2.a. Ampliação pela inclusão de fragmentos de floresta ombrófila, um fragmento a oeste (continuidade do bico noroeste do atual limite); o segundo fragmento porção leste sentido Sabaúna e Butujuru)
3. Retirada de um trecho da Pedreira Embu
 - 3.a. Exclusão da área de mineração – enquadrada na zona de desenvolvimento especial para atividade mineraria.
4. Inclusão de mosaicos de fragmentos na área Norte, até próximo a Rod. Airton Sena
 - 4.a. Inclusão de todo o trecho norte, tendo em vista a alta densidade de mamíferos de médio e grande porte. Elevada riqueza de espécies, inclusive constatando a movimentação de fauna entre fragmentos (estudo em desenvolvimento) – mosaico de fragmentos – alta conectividade e permeabilidade, bastante propícia à conservação da biodiversidade; presença de mamíferos de grande porte.
 - 4.b. Do ponto de vista social, nessa área é bastante relevante em termos de produção agrícola, que será beneficiada com a manutenção dessas áreas florestais, em especial devido à regularidade hídrica.

Considerações gerais apresentadas:

1. Quando se fala em redesenho de expansão de área, se fala também em conexão de fragmentos, em dois eixos: primeiro, ampliação dos limites propostos para conexão com a várzea do Tietê e segundo, ampliação dos limites propostos para conexão com fragmentos importantes ao norte.
2. Nesse contexto de ampliação, o grupo não teve subsídio para avaliar outras propostas de categoria de UC, em especial para área proposta na região norte. Por esse motivo, o grupo sugere a possibilidade de se usar na área proposta de ampliação a figura da zona de amortecimento do RVS.

Reunião realizada em Mogi das Cruzes – GRUPO2

1. Ampliar os limites da APA da Serra do Itapeti com a da Várzea do Tietê, por meio de um corredor na área oeste e depois na área do condomínio para conexão com a Serra do Mar e unificando as duas APAS na parte em que estão mais próximas.

2. Incorporação de fragmentos significativos que estejam no limite da Lei de 1985, em especial na parte norte e leste;
3. Ampliação da RVS, incorporando a inclusão da Reserva Legal da Pedreira de Itapeti;
4. Fazer o redesenho da RVS incorporando mais nascentes que estejam no limite da UC;
5. O grupo não identificou problema em manter a Pedreira na APA;
6. Proposta de fazer a conexão entre as APAs Itapeti e Várzea do Tietê com o Parque Estadual da Serra do Mar, incluindo o PESM no Mosaico de UCs.

Contribuições em relação à gestão das futuras unidades de conservação

1. Retirar as antenas de transmissão do Pico do Urubu para recuperação da paisagem cênica
2. Construir túneis de passagem de fauna e passagens aéreas em toda a extensão da rodovia Mogi Dutra
3. Criar um viveiro de espécies nativas da Serra para recuperação de áreas e arborização urbana
4. No futuro plano de manejo, fazer estudos e levantamentos de todos os cursos d'água.

Reunião realizada em Mogi das Cruzes – GRUPO 3

Contribuições

1. Ampliar o limite até a APA da Várzea do Tietê (Volta Fria), devido à conectividade.
2. Integrar os dados do Projeto Persephone no Plano de Manejo, tendo em vista que os dados usados para a criação da UC são mais antigos. Trata-se de um banco de dados, onde se identifica os proprietários, os produtores, etc, com dados importantes para a elaboração do plano de manejo;
3. Definição clara do conceito de campo, o grupo teve dúvidas sobre o que representa o conceito;
4. As áreas de plantio de eucalipto são vistas como um problema, sobretudo após a retirada dos plantios que são utilizados como estratégia para posterior loteamento.
5. Ampliar a área de proteção da APA do Itapeti na região Norte, ligando as linhas de conectividade. Poderia se ampliar os limites da APA, agregando os fragmentos florestais ou se criar uma lei municipal para proteção desses

fragmentos.

Críticas e sugestões :

1. As contribuições da sociedade civil das oficinas devem ser incorporadas no relatório
2. Incluir no relatório o processo denominado Agenda 21
3. Desenvolver a participação social com objetivos de diálogos com os moradores, instituições da sociedade civil
4. Permitir as atividades que já estão na região com uma adequação às necessidades mercadológicas e ambientais
5. Maior prazo para os estudos

Reunião realizada em Mogi das Cruzes – GRUPO 4

GESTÃO E MANEJO

1. Necessidade de ações de fiscalização integrada (polícia ambiental com demais entes municipais e estaduais)
2. Disponibilidade de recursos para a gestão da APA
3. Levantamento da questão de saneamento e poluição das águas na área da APA
4. Questão das espécies exóticas e invasoras
5. A voz dos moradores da Serra – Como será considerada?
6. Dentro da APA, a área de maior relevância biológica é o RVS, existe a preocupação de como será feito o zoneamento dessas unidades?
7. Existe também uma preocupação de como será constituído e funcionará o Conselho Gestor do Mosaico

CRÍTICAS

1. Adiamento da audiência pública
2. Necessidade de maior discussão com os atores da Serra

PROPOSTAS DE LIMITE

1. Conexão com a várzea do Tietê – fragmentos existentes e APP
2. Trecho norte: Resgatar o zoneamento do Município de Mogi – onde existe um fundo de vale, aos pés da Serra, entre o final da ZUC e os pés da Serra,

que precisariam ser protegidos

3. Nas extremidades, em especial em Suzano, não está claro se a Serra atinge o município ou não. Necessidade de maiores informações
4. A questão dos mosaicos deveriam considerar não somente unidades de conservação, mas também as áreas protegidas, de modo a incluir as APPs também

Considerações finais em relação às discussões gerais

- i. As contribuições foram de altíssimo nível, trazendo uma substância muito grande.
- ii. São de natureza pró-ativa, na qual todos os participantes são a favor da criação da unidade de conservação. Todos atuando dentro do mesmo espírito
- iii. A equipe irá consolidar todas as propostas a partir das reuniões que estão se desenvolvendo. Esses resultados consolidados serão apresentados na audiência pública.
- iv. Na audiência pública, o primeiro produto dessas reuniões será a apresentação da construção social e participativa realizada, tendo o presente trabalho a característica de pré-audiência.
- v. A audiência pública também é o momento de coleta de resultados, que podem ser ou não convergentes com o que aconteceu nas oficinas setoriais.
- vi. De posse desses resultados, a proposta será apresentada aos dirigentes que estão encabeçando essas propostas, que são o Diretor Executivo da Fundação Florestal e o Exmo Sr. Secretário do Meio Ambiente, Bruno Covas.
- vii. As propostas serão apresentadas integralmente ao Secretário do Meio Ambiente que adotará um desenho que reflita os interesses maiores do Estado e encaminhará a minuta de decreto ao Senhor Governador.
- viii. A conexão entre as APAs Itapeti e Tiete poderia se dar por meio da ampliação da APA do Tiete utilizando-se as áreas de APP entre as duas unidades de conservação.
- ix. Foi reforçada a necessidade de ampliação da face norte.

3.2.2. Reunião realizada na cidade de Guararema

Reunião realizada em Guararema

Em Guararema foi organizado apenas um grupo de trabalho. Como a maioria dos participantes da Reunião Técnica não tiveram conhecimento prévio da proposta de

criação de UCs na Serra do Itapeti, havia dúvidas com relação à própria proposta, de modo que estas dúvidas também se constituíram em contribuições apresentadas pelos participantes. Os temas foram divididos em 4 tópicos, apresentados na sequência:

I. GESTÃO/OPERACIONALIDADE:

- Tendo em vista a efetividade da Lei de proteção da Serra do Itapeti de 1985, qual a diferença para a conservação da Serra, em manter o disciplinamento ora vigente e em criar unidades de conservação na área da Serra do Itapeti?
- Haverá incremento por parte do Estado em infraestrutura para as unidades de conservação? Haverá incremento em policiamento ambiental?
- que o município planeja para essa área?
- Quais as conseqüências para Guararema ao se criar a APA?
- Quais as restrições atuais X e futuras?
- que vai acontecer com o produtor de eucalipto, por exemplo?
- É proposto que se tenha maior envolvimento e compromisso dos produtores e moradores para a gestão da UC;
- Como será a fiscalização das Unidades de Conservação a serem criadas?
- Como a sociedade civil se apropriará do processo de criação e de gestão da UC?
- A área da Serra do Itapeti em Guararema é definida como zona rural.
- Grupo entende que os ajustes necessários quanto a possíveis limites das UCs poderão se dar no momento de elaboração do plano de manejo;
- A minuta de Decreto possibilita a alteração dos limites

2. LIMITES ESCLARECIMENTOS:

- A proposta da APA está baseada em um perímetro frágil, que é o delimitado pela lei de 1985, onde faltavam recursos tecnológicos para melhor definição dos limites.
- Já o RVS foi desenhado por meio das ferramentas atuais de geoprocessamento a partir da lei de 1985.
- Embora a criação de UC na Serra do Itapeti não estivesse, inicialmente, entre as prioridades de desenvolvimento de estudos, o fato da existência da Lei de 1985 e a relevância e elevada disponibilidade de estudos na região motivaram o ingresso da Serra do Itapeti na agenda de criação de UCs.
- Com relação ao refinamento dos limites, embora existam técnicas atuais que permitiriam esse aperfeiçoamento, as pré-condições de curto prazo indicam o encaminhamento da proposta na forma como foi apresentada;
- Em Bauru, o processo de criação de unidades de conservação, desde a captação de recursos para os estudos até a audiência pública, demorou cerca

de 3 anos;

- Ampliação do limite da lei: exigiria maior negociação com os proprietários e mais tempo para estabelecimento de outros perímetros.
- grupo propõe a ampliação do perímetro favorecendo os corredores;
- Questionamento sobre a pressa na criação: as pessoas fundamentais vão ficar de fora;
- Especulação imobiliária na região é intensa – necessidade de continuidade do processo

3. QUESTÃO FUNDAMENTAL:

- Atributos ambientais e históricos reforçam a criação da UC;

4. ESCLARECIMENTOS:

- Não havia clareza no grupo sobre como foi definida a área de abrangência dos estudos e quais as conseqüências da definição dessa área.

3.2.3. Reunião realizada na cidade de Suzano

Reunião realizada em Suzano – GRUPO I

Propostas

1. Limite Norte até encontrar com a estrada de Ferro (limite da ZUPI)
2. Limite Sul, conexão com a APA do Tietê
3. Ampliação a Leste
4. Ampliação a Oeste: Não houve consenso para discutir a adequação ou não da proposta da APA sobre Suzano, nem sobre os limites da Serra no Município
5. Suzano tem proposta de criação de UC próxima a APA da Várzea, que poderia integrar o Mosaico

Críticas

1. Porque os técnicos de Suzano foram chamados somente nesse momento para discussão? O Gestor da APA do Tietê deveria ter feito a articulação. Houve manifestação de técnica da Secretaria do Meio Ambiente de Suzano de que o documento técnico do processo de criação estava no município,

porém não disponível. Se os técnicos não tiveram acesso ao material, as dificuldades para a população são ainda maiores, pois a população não está sendo informada prontamente do local de disponibilidade do documento.

2. Proposta regional: porque não considerar os demais municípios de entorno sobre sua percepção sobre a proposta?
3. Ausência de moradores da Serra no processo.

Dúvidas e questionamentos

1. Houve convite ou informação ao Ministério Público. Resposta: As entidades do legislativo, executivo e judiciário foram identificados e cientificados do processo (contato com representantes dos prefeitos e de todos os poderes). Para as oficinas regionais foi encaminhados mailings, para a Audiência pública o convite oficial foi feito pelo CONSEMA.
2. Com que instrumento legal se dará a criação das UCs? Resposta: As unidades serão criadas por meio de Decreto.
3. Decreto estará regulamento a Lei de 1985? Resposta: O decreto estará criando as unidades de conservação, não regulamentando a Lei de 1985.
4. Proposta de adiamento da Audiência, tendo em vista que não houve tempo para análise do material, com prazo de 30 dias.

Reunião realizada em Suzano – GRUPO 2

1. Inclusão da área do Mirante como UC a compor o Mosaico, devido a proximidade com a APA do Tietê,
2. Ampliação da APA Itapeti para a APA Tiete na região da Volta Fria para corredor ecológico – extensão das áreas de mata com....
3. Criação de Centro de Educação Ambiental em Suzano na área mais antropizada da APA que fica no município de Suzano, quando da elaboração do Plano de Manejo.
4. Incorporação de nascentes no extremo oeste e sudoeste para inclusão na APA conectando as duas
5. Ampliar o Refúgio na Face Norte, incorporando as nascentes
6. Incorporar corredores ecológicos no Mosaico, unindo os fragmentos, garantidos em lei específica (Cantareira e Mantiqueira inclusive)
7. Viabilização de estudos para criação de UCs formando corredores ecológicos.
8. Ampliação da APA de Suzano para evitar especulação imobiliária
9. Incorporar as nascentes, fragmentos remanescentes e estudos necessários para propor formas mais adequadas de conservação desses fragmentos no

município de Suzano nos limites da APA do Itapeti.

Reunião realizada em Suzano – GRUPO 3

1. Ampliar os limites da APA do Itapeti para conectar com o Tiete, que poderia se dar por meio das APPs
2. Que seja criada somente uma UC área da Lei de 1985, na categoria APA, tendo em vista que o entorno do RVS deve ter um tratamento diferenciado em função do Plano de Manejo, com uma série de restrições, que poderia inviabilizar os produtores rurais – NÃO HÁ CONSENSO NO GRUPO.
3. Existem dados biológicos que indicam que essa categoria é a melhor para garantir a conservação. O fundamento é justamente ter o intermediário entre uma UC de domínio público e de domínio privado. O RVS não vem como impedimento às atividades agrosilvopastoris desenvolvidas em consonância com o manejo a ser desenvolvido. Estabelecer o RVS é dar à Serra do Itapeti mais de mil hectares de proteção integral à região
4. Adiamento da audiência pública para que se tenha maior possibilidade de debate da proposta, por um prazo de 30 dias. Não há consenso sobre o adiamento.
5. Que os produtores rurais que desenvolvem atividades na área delimitada no RVS poderia passar para APA.
6. Que se considere na produção agrícola a produção de madeira, de hortaliças, de floricultura, agrosilvipastoris e outras culturas

Críticas e preocupações:

1. Que o processo não sirva para engessar a produção agrícola.
2. Não ser impedimento às atividades de silvicultura.
3. A criação de uma UC de proteção integral cria restrições em relação à sua zona de amortecimento. A zona de amortecimento de uma RVS apresentam restrições bem menores, de modo que as atividades em desenvolvimento não sofreriam impedimento.
4. representante dos agricultores tem preocupação que os agricultores que possuem áreas consolidadas perdem esses benefícios com a criação da UC, todavia, conforme o Código Florestal, em seu artigo 16, parágrafo 5... essa restrição somente se restringiria somente ao RVS.
5. Envolver os moradores da região no processo.

Considerações finais em relação às discussões gerais

- i. Relatório técnico foi elaborado a partir de dados secundários, que explicitam a relevância ambiental da região. Estudos primários e diagnósticos mais completos deverão ser elaborados no âmbito do Plano de Manejo.
- ii. Todos concordam que a área é relevante para a conservação. Os grupos, de modo geral, apontaram diversas áreas a serem incorporadas nas UC a serem criadas, sendo destacados remanescentes ao Norte, no limite da UC Itapeti ou em corredores. O mesmo se aplica na porção norte, para conexão com a Várzea, na área leste e oeste.
- iii. Grupo I não concordou totalmente com a proposta, em especial em relação ao RVS, por se tratar de uma categoria de proteção integral que teria mais restrições. Em contraponto, houve proposta de ampliação do refúgio, tendo em vista a proteção que o mesmo oferece. Houve preocupação com as cabeceiras.
- iv. Não foi abordada a importância da Serra em termos de recarga de aquíferos e nem a importância da Serra para o setor agrícola.
- v. Quando da análise da equipe se considerou diversos temas, em especial os serviços ecossistêmicos produzidos pela área protegida: água, solo, polinizadores, clima, alimentação, sendo um dos objetivos primordiais para o estabelecimento das unidades de conservação.
- vi. De modo geral, houve consenso de que houve falhas na comunicação, que deixou de envolver mais os atores, em especial de Suzano, que não teve acesso ao material em tempo hábil. Todavia, foram feitas inserções na mídia, em rádio, 5 inserções diárias, informando o processo e a disponibilidade do documento técnico
- vii. A agricultura foi enfatizada em quando a seu aspecto mais amplo, ressaltando a preocupação com relação à impedimento de produção agrosilvipastoril.
- viii. Não há possibilidade de alterar o relatório técnico, o mesmo deverá ser complementado com as contribuições dos processos participativos (oficinas e audiência pública). Com relação à tomada de decisão sobre alteração de perímetro ou de categoria de UC, a mesma não ocorrerá na audiência pública. Quem toma a decisão é o Sr. Diretor Executivo, Senhor Secretário e Senhor Governador, a quem cabe a tomada de decisão.
- ix. processo de participação social foi falho por não haver envolvido os atores sociais na construção da proposta de criação das UCs. Inevavelmente, houve um esforço de aperfeiçoamento do processo ao abrir a construção para participação antes da audiência pública, por meio de reuniões setoriais.
- x. Após a audiência pública, todas as contribuições (técnicas e da participação das oficinas e da audiência) serão encaminhadas ao CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente, que votará na proposta a ser encaminhada para assinatura do Governador. As reuniões do Consema são abertas à sociedade e todas as formas de participação nesse processo são ofertadas e legítimas.

- xi. Foi colocada a necessidade de maior participação daqueles que vivem na Serra.
- xii. No caso do Mosaico, tanto sua criação como sua gestão, deve incorporar tanto as unidades de conservação e áreas naturais protegidas, como as questões ecológicas e de geografia humana.

4 REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Anexo 1. Contribuições da Sociedade Civil

Anexo 2. Contribuições da Primeira Reunião Setorial

Nome: GUILHERME R. Din
Instituição: ELOTUR - PARQUE DAS NEBLINAS.
Contatos: GDIAS@ELOTUR.BR
Pergunta/Comentário:
1. NAS ÁREAS PRIVADAS DENTRO DA RLV SERÁ PERMITIDO O MANEJO SUSTENTÁVEL DE MODOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS, COMO JUCARA E CAMBUCI?
2. NA PRÁTICA, QUAL A ESTRUTURA DE GESTÃO PREVISTA PARA AS UNIDADES (COMÊ, GESTORES, EQUIPAMENTOS, ETC.) ... E PARA QUANDO?

Nome: Gilmar Ocawa
Instituição: FAESP
Contatos: gilwww@uol.com.br
Pergunta/Comentário: A proposta de criação UC é complexa em razão da grande área abrangida. Os Produtores RURAIS solicitam que a DATA de 18 NOV/13 para a Audiência Pública seja remarcada porque é necessário concluir o relatório e as CONSEQUÊNCIAS para a Atividade de PRODUÇÃO AGRO-SILVO-PASTORIL.

Nome: Ricardo Araujo Jr
Instituição: Biólogo
Contatos: ricardoaraucajunior@gmail.com
Pergunta/Comentário:
Os proprietários rurais na proposta da APA SI... que por iniciativa executarem mais estudo sobre a biota local e programar se Educ Ambiental poderam auxiliar para a implementação da Conservação e implementação da APA SI.

Nome:	EVANDRO ALBIACH BRANCO
Instituição:	COMDEMA SUZANO
Contatos:	(11) 9.8302-1849 - evandroalbiach@hotmail.com
Pergunta/Comentário:	CONSIDERANDO QUE A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO MOSAICO DA SERRA DO ITAPETI NÃO CONTEMPLA, EM SEU PROCESSO DE ELABORAÇÃO, A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, HAVERIA A POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE DIÁLOGO ENVOLVENDO ESPECIFICAMENTE OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE? O COMDEMA SUZANO NÃO FOI MINIMAMENTE INFORMADO DE NENHUMA ETAPA DO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DO MOSAICO.

Nome:	João Pedro da Costa
Instituição:	EDP Bandeirante
Contatos:	(11) 2172-7220 joao.pedro@edpbv.com.br
Pergunta/Comentário:	Como fazer compensação ambiental voluntária na Serra do Itapeti?

Nome:	RICARDO SATO
Instituição:	FAESP / SINDICATO RURAL DE SUZANO
Contatos:	(11) 4746-1394
Pergunta/Comentário:	Solicitamos a apresentação do Inventário dos Produtores Rurais com relação o uso e o manejo. Pois estes fazem o uso desde a década de 40. NESTE EXEMPLO DE PRODUTORES DENTRO DA ÁREA DE R.V.S. SERÃO DESAPROPRIADOS? QUAIS O TEMPO ESTIMADO DE PERMANÊNCIA. CASO HJ SEJA DECRETADO. GRATO

Nome:	SILVIO MARQUES
Instituição:	LIDER COMUNITARIO B. ITAPETIY-MOGI
Contatos:	9-9281-0204
Pergunta/Comentário:	O QUE O PODER PUBLICO AMBIENTAL VAI FAZER PARA IMPEDIR NOVOS PANTIL DE EUCA LIPTO NA SERRA. E QUANDO OS SENHORES VAM FAZER ALGUMA COISA PARA QUE ESSES EUCALIPTOS QUE HOJE ESTA PLANTADO EM AREAS JA PROTEGIDA DA SERRA.
	- VERSO -

DO OUTRO LADO DA SERRA, REGIÃO DA MORADOURA A BEIJA FLOZ O EUCALIPTO ESTA TOMANDO CONTA DA SERRA, ESTACHEGANDO NO PARQUE MUNICIPAL. É REGIÃO DE SERRA, MORO, MONTANHA, E DECLIVE

45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
COM MAIS DE 45 GRAUS, ESSE EUCA LIPTO VAI PARA A PRODUÇÃO DE LENHA. E SEM CONTAR QUE QUANDO O CORTE DO EU CALIPTO VAI BRAZENHA, OS ESPIGADOS TOCAM FOGO ANTES DA EXTRAÇÃO, E NA BUEM COM OS IMPOSTOS. A ONDE ESTA A POLICIA AMBIENTAL???															
FUNDACAO FLORESTAL															
NOME															
RES															
O CONTR															
06 p															

Nome:	CONTINUAÇÃO
Instituição:	SILVIO MARQUES
Contatos:	
Pergunta/Comentário:	O EUCALIPTO HOJE É USADO COMO ESTRATEGIA PARA QUE NO FUTURO ESTAS AREAS VIRAM CONDOMINIO DE LUXO. COMO ESTA SENDO FEITO NO BAIRRO DO REDCIO

Nome: KLEBER MENDES
Instituição: Multiamambiente Consultoria
Contatos: (11) 5084-4613 / kleber.mendes@multiamambiente.com.br
Pergunta/Comentário: Pelo que foi visto nas plantas de zoneamento, os limites estabelecidos definidos apresentam correlações difusas com os elementos fisiográficos. A imprecisão nestes limites pode gerar falhas de interpretação na sua aplicação. Qual a precisão cartográfica que poderá ser adotada e com qual critério estabeleceremos tais limites?

Nome: MARIA BERTI
Instituição: OSCIP - Guerreiros da Serra do Itapety
Contatos: 974592377
Pergunta/Comentário: Com a criação da APA da Serra do Itapety, como vai se resolver o "problema do antena" (que degrada a paisagem cônica do Pico do Urulpe...)?

Nome: Henriqueta
Instituição: OCA - Laboratório de Educação e Política Ambiental ESAC/USP
Contatos: henriqueta.mma@yahoo.com.br
Pergunta/Comentário: O que vocês apresentam sobre a Plan. Agenda 21 Local da Serra do Itapety?

Anexo 3. Lista de Presença das Reuniões Setoriais realizadas

